

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.708 - PE (2019/0059664-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : CLOVIS CAVALCANTI DO REGO BARROS
ADVOGADOS : WALDEMAR DE ANDRADA IGNÁCIO DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - PE016105
ROQUE LEÃO CARNEIRO NETO - PE001469
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : CLÁUDIO LUCIANO DA SILVA XAVIER

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CLOVIS CAVALCANTI DO REGO BARROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CLOVIS CAVALCANTI DO REGO BARROS, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes aos subscritores do agravo e do recurso especial, Dr. Waldemar de Andrada Ignácio de Oliveira e Dr. Roque Leão Carneiro Neto.

Registre-se que o substabelecimento apresentado à fl. 298 não subsiste por si só, sem uma procuração que lhe dê suporte, sendo impossível substabelecer um poder que não existe nos autos (AgRg nos EREsp 685.903/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 10/10/2008.)

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual

do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fl. 401), ficou-se inerte (fl. 404). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente